

- 1- [ATA](#)
 - 1.1- [566ª Reunião Ordinária](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissão](#)
 - 4- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES](#)
 - 5- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 6- [ERRATAS](#)
-

ATA

**ATA DA 566ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 8 DE AGOSTO DE 1994**

Presidência do Deputado José Ferraz

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas (2) - Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 2.141/94 - **Comunicações:** Comunicações dos Deputados Márcio Miranda (6) e José Militão (2) - **2ª Fase:** Leitura de comunicações apresentadas - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

José Ferraz - José Militão - Rêmolo Aloise - Elmo Braz - Bené Guedes - Sebastião Helvécio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrus - Álvaro Antônio - Antônio Júlio - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger - Bonifácio Mourão - Clêuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Santanna - Glycon Terra Pinto - José Bonifácio - José Braga - José Laviola - José Leandro - Maria Elvira - Maria Olívia - Mauri Torres - Milton Salles - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Wanderley Ávila - Wellington de Castro.

O Sr. Presidente (Deputado José Ferraz) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- **O Deputado Clêuber Carneiro**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.141/94*

Aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas especificadas nos termos do anexo desta resolução, observada a enumeração dos respectivos beneficiários.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, de de 1994.
Comissão de Agropecuária e Política Rural

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Agropecuária e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

* - O anexo único mencionado foi publicado no "Diário do Legislativo" de 7/7/94.

- O Projeto de Resolução nº 2.141/94, recebido e numerado nesta reunião, foi apresentado no Parecer sobre Processos de Legitimação de Terras Devolutas a Que Se Refere a Mensagem nº 476-A/94, publicado na edição de 7/7/94, pág. 33, cols. 2 e 3.

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Márcio Miranda (6) e José Militão (2).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase da 1ª parte da reunião, destinada à leitura de comunicações e a pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelo Deputado Márcio Miranda (6) - falecimento da Sra. Altiva Batista, do Irmão Antônio Augusto Júlio e de Mavy Lamounier Batista Leite, em Divinópolis; da Sra. Perpétua Rocha, em Carmo da Mata; da Sra. Maria Sampaio Castanheira, em Ouro Preto, e da Sra. Zulmira Quadros, em Divinópolis; pelo Deputado José Militão (2) - falecimento do Sr. Edmundo Bellochio, em Uberaba, e do Sr. Márcio Rodrigues, em Caeté (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (Nota do redator: A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 568ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 10/8/94

1ª Parte (Pequeno Expediente) (das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos. Prosseguimento do Ciclo de Debates Eleições 94, com a Presença do Dr. Hélio Costa, candidato ao Governo do Estado pela coligação PP/PFL/PPR.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.253, que torna obrigatória a realização gratuita, pelo Estado, de exame parasitológico de fezes e de urina (rotina) em todos os alunos da 1ª à 4ª séries do 1º grau das escolas da rede estadual de ensino. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/8/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.930/94, do Deputado Álvaro Antônio; 1.869/94, do Deputado Jaime Martins.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.252/93, do Deputado Ambrósio Pinto.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.769/93, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

ORDEM DO DIA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/8/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos dos Deputados Elmo Braz (2) e Tarcísio Henriques (4).

ORDEM DO DIA DA 94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/8/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.353/93, do Deputado Geraldo da Costa Pereira.

Convidados: Srs. Mário Pacheco, Secretário da Habitação em exercício, e Washington Modesto Pires, Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves.

Finalidade: discutir a situação das famílias desabrigadas que se encontram acampadas na Praça Afonso Arinos.

ORDEM DO DIA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 10/8/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/8/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.891/94, do Deputado Raul Messias.

Requerimento nº 5.389/94, do Deputado Roberto Amaral.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 10/8/94, destinada à apreciação do Veto Total à Proposição de Lei nº 12.253, que torna obrigatória a realização gratuita, pelo Estado, de exames parasitológico de fezes e

de urina em todos os alunos da 1ª à 4ª séries do 1º grau das escolas da rede estadual de ensino; e dos Projetos de Lei nºs 1.158/92, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento Básico; 1.323/93, do Deputado Tarcísio Henriques, que dispõe sobre a concessão de vale-transporte e vale-alimentação a todos os servidores públicos estaduais, e 1.565/93, do Deputado João Batista, que torna obrigatória a coleta e o tratamento de resíduos sólidos para fins de reciclagem nas cidades mineiras com mais de 20 mil habitantes, e 2.016/94, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre os planos de carreira dos servidores do Poder Judiciário; e do Projeto de Lei Complementar nº 27/93, da Procuradoria-Geral de Justiça, que estabelece a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de agosto de 1994.

José Ferraz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde e Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Cléuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José, Ermano Batista e Célio de Oliveira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Adelmo Carneiro Leão, Wilson Pires, José Leandro e Jorge Eduardo, membros da Comissão de Saúde e Ação Social, para a reunião a ser realizada no dia 10/8/94, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Projetos de Lei nºs 2.073/94, do Deputado Milton Salles, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Itapecerica, com sede no Município de Belo Horizonte, e 2.092/94, do Deputado Cássimo Freitas, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Aposentados da Assembléia Legislativa - APLEMG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 1994.

Jorge Hannas, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

564ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 3/8/94 pelo

Deputado Roberto Amaral

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, representantes da imprensa, distinto e seletto público que nos vê e nos ouve.

Sem alarde, em silêncio, como é próprio do bom mineiro, o Governador Hélio Garcia vai inserindo Minas no tempo da modernidade, preparando-a para os desafios do terceiro milênio.

Um conjunto de iniciativas de grande alcance, próprias de espíritos clarividentes e comprometidos com o futuro, vão-se integrando para caracterizar a atual administração como a condutora do processo de modernização de nosso Estado.

Recentemente, ao assinar o Decreto nº 35.349, que cria o programa AGRIDATA - Informatização Agropecuária, Hélio Garcia abriu novos horizontes para o nosso homem do campo. Ninguém desconhece a importância da informática no mundo atual. Quem detém a informação coloca-se à frente no processo decisório, ficando em condições de fazer valer sua vontade e influenciar efetivamente o rumo das coisas. O acesso imediato a uma grande quantidade de dados é fator que determina o poder de um segmento social no que se refere à possibilidade de fazer valer suas razões e concretizar os próprios projetos.

O AGRIDATA vem resgatar para a classe rural mineira o papel de destaque que ela desempenhou ao longo de nossa história. Projetado para implantação em dois anos, o sistema custará ao Governo de Minas US\$32.000.000,00, recursos esses que possibilitarão a instalação da rede rural, do SISAGRI e do SISGEO.

A rede rural, concebida pelo Secretário Alysson Paulinelli e sua equipe e assumida imediatamente pelo Governador, é um sistema de teleinformática que opera com base na Rede Estadual de Comunicação de Dados Via Satélite, via da PRODEMGE. Por meio de uma antena central de grande alcance, conectada ao satélite Brasilstar II, e de antenas secundárias nos municípios, o programa permitirá, em breve, não só o tráfego de dados em todo o Estado, como também a conexão com bases nacionais e internacionais.

A rede rural prevê a cessão, em regime de comodato, de computadores para cerca de 150 cooperativas agropecuárias espalhadas por todo o nosso território. Em coerência com as mais novas filosofias de administração, ela integra o poder público e a

iniciativa privada e, na fase de plena operação, poderá financiar-se pelos próprios serviços, de modo a não onerar o orçamento estadual.

O Sistema Operacional da Agricultura, que também faz parte do programa, oferecerá informações para melhorar o processo de plantio e manejo das culturas, modernizar as colheitas e o processamento da produção, facilitar a industrialização e a comercialização dos produtos. A complementá-lo, teremos o Sistema de Geoprocessamento - SISGEO -, que, permitindo o acesso do proprietário rural a informações geográficas completas sobre Minas Gerais, dará a ele as condições fundamentais para uma prática mais racional e, portanto, mais lucrativa.

Há muito tempo, sentíamos já a necessidade de ações vigorosas que resgatassem a importância das atividades agropecuárias em nosso Estado. O cultivo da terra e a criação dos rebanhos sempre foram a locomotiva que puxou a economia mineira desde quando, no Brasil-Colônia, exauriu-se o ciclo do ouro. Firmaram-se assim como principal vocação das Gerais. Entretanto, nas últimas décadas, nosso produtor rural viu-se enredado em dificuldades crescentes. Políticas equivocadas, taxas de juros absurdas, falta de amparo técnico e financeiro pareciam aliar-se num pacto perverso para aniquilá-lo. Só a consciência do compromisso de alimentar o povo brasileiro e uma forte dose de heroísmo foram capazes de manter de pé o setor agropecuário mineiro.

Agora, entretanto, abre-se uma nova era para nosso homem do campo. A criação do AGRIDATA é a prova maior de que o Governador Hélio Garcia e o Secretário Alysson Paulinelli estão realmente empenhados em recolocar o setor agrícola no lugar que ele historicamente ocupou em Minas. Nossos produtores não mais estarão nas mãos dos atravessadores porque terão, ao alcance dos dedos, as cotações de seus produtos nos mercados mineiro, nacional e, até mesmo, internacional. Tanto ao comprar insumos como ao comercializar a própria produção, poderão agir com pleno conhecimento do mercado.

Nome documento: EDSAS1001.COB

O programa é, sem dúvida, a maior contribuição que o Governo poderia dar para tornar o setor mais produtivo e competitivo, habilitando-o a enfrentar novas realidades, como, por exemplo, o MERCOSUL.

Entretanto, cumpre lembrar, acima de tudo, que o grande beneficiado pelo AGRIDATA é o povo de Minas e do Brasil. Nosso Estado é celeiro do País. Uma agricultura e uma pecuária em bases modernas e racionais constituem poderoso instrumento para baratear custos de produção, com implicações imediatas sobre o preço da cesta básica.

Ao conceber o AGRIDATA, Hélio Garcia e Alysson Paulinelli pensam, como estadistas que são, na estabilidade da economia nacional e no bem-estar do povo mineiro, a quem representamos aqui na Assembléia Legislativa.

Ao ressaltar, nesta tribuna, as virtudes e o alcance da iniciativa, queremos fazer justiça a uma administração cujos méritos só a história saberá reconhecer em toda sua grandeza e plenitude.

564ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 3/8/94 pelo
Deputado Glycon Terra Pinto

O Deputado Glycon Terra Pinto - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, caros colegas, demais presentes que me estão ouvindo, o mundo está atônito diante da série de atentados terroristas desencadeados contra as comunidades judaicas em diferentes partes do globo. De repente, parece que a barbárie primitiva voltou a dominar os sentimentos humanos, num retrocesso lamentável da evolução humana em direção a um mundo de paz e harmonia.

Exatamente quando as negociações entre Israel, palestinos e nações árabes vizinhas se encaminham para uma solução do problema do Oriente Médio, ocorrem esses atos de vandalismo que, ao que tudo indica, visam exatamente a boicotar uma solução negociada.

Na segunda-feira, dia 18 de julho, uma explosão violentíssima sacudiu o centro de Buenos Aires. Com grande estrondo, foi literalmente destruído o prédio da Associação Mutual Israelita Argentina - AMIA -, em plena Rua Pasteur, uma das mais movimentadas da Capital argentina. Trata-se de um ato criminoso e planejado friamente, uma vez que a entidade não tem objetivos políticos, militares ou econômicos, sendo uma associação de fins meramente assistenciais da comunidade judaica argentina. A explosão criminosa matou cerca de 100 pessoas, muitas não judias, que trabalhavam nas proximidades, além de ferir mais de duzentas outras.

O ato foi de tal brutalidade, que as autoridades israelenses o classificaram como o mais violento atentado praticado contra uma comunidade judaica desde os dias sinistros do holocausto, na 2ª Guerra Mundial.

Também nações árabes lançaram o seu repúdio, em caráter oficial, por atos dessa

natureza.

A data do atentado foi escolhida cuidadosamente pelos terroristas, de tal forma que causasse o maior dano possível e realmente espalhasse o terror. Era o dia de pagamento das mensalidades da AMIA. Dezenas de jovens se concentravam na Associação para consultar a bolsa de empregos.

Além disso, nas segundas-feiras é que se acumulam os pedidos de enterros na funerária da Associação, visto que, segundo o costume judeu, não se podem enterrar os mortos no sábado. O massacre não foi mais catastrófico porque as crianças estavam de férias escolares. Mas a biblioteca da Associação, considerada a terceira maior do mundo judeu, foi pulverizada na ação criminosa.

A quem responsabilizar por tamanha crueldade? Foi obra de profissionais calejados na escola do terrorismo internacional. Mas certamente torna-se difícil, mesmo com uma ação coordenada da polícia de vários países, chegar a uma conclusão precisa.

Não resta dúvida de que se trata de uma ação de organizações anti-semitas dispostas a tumultuar e boicotar o andamento de negociações que buscam uma solução pacífica para a problemática do Oriente Médio; em outras palavras, extremistas árabes que

Nome documento: EDSAS1001.COB

militam em organizações terroristas ramificadas pelo mundo inteiro. No caso do atentado de Buenos Aires, há, inclusive, suspeitas sobre indivíduos radicados no Brasil que integrariam a organização libanesa "Ansar el-Allah". Todavia, as investigações levadas a cabo nada concluíram. O governo de Israel acusa o "Hizbollah", facção fundamentalista xiita que congrega extremistas libaneses, sírios e iraquianos. Essa entidade declarou guerra aos judeus e aos israelitas de todo o mundo.

O fato é que, desde fevereiro, tem sido denunciada a presença de terroristas islâmicos nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Argentina, inclusive negociando explosivos. Esses seriam, pois, membros da base de apoio às operações da guerra santa islâmica no Cone Sul da América.

De tudo isso, o que nos interessa é que providências mais enérgicas e efetivas têm de ser tomadas pelos Governos desta parte do mundo para proteger as comunidades judaicas. Há pouco mais de dois anos, lá mesmo em Buenos Aires, um carro-bomba explodiu em frente à Embaixada de Israel, matando mais de trinta pessoas. E, mesmo depois disso, as autoridades pouco fizeram para proteger a vida dos membros das famílias judaicas daquela região.

Na semana passada, houve um grave atentado no Panamá, contra um avião que decolava do aeroporto da Capital, no qual morreram 21 pessoas, a maioria de origem judaica. Na manhã de terça-feira, dia 26 de julho, a embaixada israelense, situada no Bairro de Kensington, em Londres, foi alvo de outra explosão terrorista. No dia seguinte, no Bairro de Findley, ainda na Capital britânica, novo atentado foi perpetrado contra os judeus que lá residem, com muitas vítimas.

Tudo leva a crer que a onda de terror islâmico deve-se intensificar à medida que as negociações progredirem no Oriente Médio.

O fato é que reina a perplexidade diante desse barbarismo cruel e covarde, que mais uma vez se abate contra a comunidade judaica internacional. Fanáticos e inescrupulosos, os inimigos de Israel estão dispostos a um acerto de contas com os judeus em qualquer parte do mundo, onde quer que se encontrem, mesmo sendo inocentes pessoas de bem. Os atentados registrados não passam de crimes hediondos, que não podem deixar de ser repudiados veementemente por nós, cristãos, defensores da paz e da cordialidade entre os homens.

Por isso mesmo, não podemos cruzar os braços neste momento grave em que a violência e a sede de sangue procuram se impor como instrumentos eficazes na solução de conflitos.

Providências têm de ser tomadas imediatamente para proteger as possíveis vítimas da sanha dos agressores ensandecidos. Em Nova Iorque, a polícia providenciou a colocação de caminhões de areia ao redor do consulado israelense, visando a impedir o estacionamento de eventuais carros-bomba nas imediações. Na Europa, as autoridades têm tomado precauções diversas para proteger locais onde se situam instituições de caráter judaico, principalmente na Alemanha, na Bélgica, na França, na Holanda e na Dinamarca.

E no Brasil, particularmente em Minas, o que tem sido feito? Até agora nada foi providenciado visando à proteção das comunidades judaicas de nosso País. É exatamente isso que reclamamos desta tribuna. Há que se tomar providências enérgicas para que não lamentemos depois do leite derramado. Cito ainda a Palavra de Deus, que nos aconselha no Livro dos Salmos, capítulo 122, versículos 6 a 9:

"6. Orai pela paz de Jerusalém; prosperarão aqueles que te amam.

7. Haja paz dentro de teus muros, e prosperidade dentro dos teus palácios.

8. Por causa dos meus irmãos e amigos, direi: Haja paz em ti.
 9. Por causa da casa do Senhor, nosso Deus, buscarei o teu bem".
- Pelo exposto, apresentamos ao Plenário desta Casa dois requerimentos.

564ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 3/8/94 pelo

Nome documento: EDSAS1001.COB

Deputado Roberto Carvalho

O Deputado Roberto Carvalho - Colega Presidente, colegas presentes nas galerias e nos gabinetes, inicialmente, gostaria de parabenizar o colega Deputado Glycon Terra Pinto pelo seu veemente pronunciamento. Creio que todos nós, os democratas do mundo, devemos condenar todo e qualquer tipo de terrorismo, tanto esse acontecido na Argentina quanto aquele que ocorre em qualquer parte do mundo. É um absurdo que, na humanidade, ainda tenhamos atos como esse, que, além de atentarem contra a vida, atentam contra a democracia e as liberdades da humanidade.

Gostaríamos, hoje, de fazer, primeiro, uma cobrança. Gostaríamos de cobrar do Líder do Governo, ou do Vice-Líder, aqui presente, nosso amigo Deputado Roberto Amaral, que, na primeira quinzena de agosto - não estamos cobrando, estamos apenas lembrando, porque a primeira quinzena sequer terminou - teríamos uma rodada de negociações entre os servidores públicos, o Governo do Estado e a Comissão Representativa da Assembléia. Estamos aguardando que essa reunião aconteça, no mais tardar, na próxima semana e que o Governo, realmente, cumpra aquela promessa feita, pois há um anseio generalizado de se estabelecer um reajuste, uma correção salarial que corresponda, pelo menos, ao mínimo das perdas que os servidores públicos tiveram. Todos sabem da situação difícil - estou falando "difícil" para dizer o mínimo - em que se encontram os servidores públicos estaduais. Desejamos, também, que o Governo cumpra os outros itens acertados, entre os quais, a anistia aos servidores que já tenham seus processos concluídos, com parecer, inclusive, do CEP. Esperamos que, até a próxima semana, possamos ter a reunião com o Governador, com o seu secretariado, e que agosto não seja mais um mês de desgosto para os sofridos funcionários públicos, que tanto acreditaram no Governador Hélio Garcia.

Gostaríamos, ainda, de fazer um protesto contra o Governo Itamar Franco. O nosso amigo Roberto Amaral, inclusive, é da região e deve compartilhar desse protesto. O Delegado da Regional do Trabalho de Montes Claros acaba de ser demitido, exonerado. Isso é um absurdo. Luís Chaves foi reconhecido, inclusive, por entidades patronais. O seu trabalho exemplar foi levado à frente, apesar de todas as dificuldades da delegacia, que sequer fax possuía, sequer veículos decentes possuía. Mas Luís Chaves, quando assumiu a regional, empenhou-se num trabalho inquestionável, reconhecido e elogiado pela OIT e pelo UNICEF, no mundo inteiro, numa reunião da OIT em Genebra, quando o trabalho da delegacia regional de Montes Claros foi reconhecido e elogiado. Isso, sob o ponto de vista de todos os trabalhos realizados no Brasil pelas delegacias regionais do trabalho. A demissão de Luís Chaves é um absurdo, uma perseguição inaceitável, principalmente porque, quando ele ocupou, com a maior dignidade, a Delegacia, a FAEMG esteve lá e elogiou o seu trabalho. Mas Luís Chaves tem apenas um defeito para os olhos daqueles que não sabem enxergar um trabalho isento, um trabalho honesto e decente: ele é filiado ao PT. E, em função disso, por ter coordenado a caravana do Lula, é demitido. Isso é inaceitável. Não podemos aceitar que o Governo demita pessoas pelo fato de elas pertencerem a um partido político, seja ele qual for. E Luís Chaves foi condenado por trabalhar direito, por trabalhar decentemente, por ter colocado a Delegacia Regional de Montes Claros em destaque mundial, só porque é do PT. Isso não aceitamos em governo nenhum. Não importa qual o cargo ocupado pelo funcionário público, ele não pode ser demitido, ainda que seja em cargo de confiança. É preciso saber distinguir entre a sua atividade partidária e a sua atuação enquanto homem público. E Luís Chaves sempre soube fazer isso, tanto que até os seus inimigos políticos e pessoais admiravam e enalteciam o seu trabalho à frente da Delegacia Regional de Montes Claros. Esperamos que esta Assembléia aprove uma moção de repúdio à atitude do Governo Itamar Franco, que, numa hora de eleição como esta, vem com mesquinhas. Gostaríamos de deixar, então, o nosso protesto, não só do PT, mas esperamos que seja compartilhado, também, pelos membros dos outros partidos, pois, como na "CPI do Trabalho Escravo", da qual nosso colega Roberto Amaral participou, dirigida e presidida pelo Péricles Ferreira,

Nome documento: EDSAS1001.COB

nosso companheiro de Salinas, Luís Chaves prestou um depoimento que foi por todos nós, de todos os partidos, do PP, de Wilson Chaves, do PTB, de Roberto Amaral,

elogiado; elogiado não o depoimento, mas o que originou essa denúncia de trabalho escravo em Minas Gerais, que é uma vergonha para o Norte de Minas, e que a gente espera seja corrigido. Fica, aqui, o nosso protesto.

564ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 3/8/94 pelo

Deputado Gilmar Machado

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, pessoas presentes nas galerias, imprensa: dois assuntos nos trazem a esta tribuna. Em primeiro lugar, ficamos extremamente chateados e indignados - apesar de já o sabermos - com uma matéria estampada no domingo, em jornais do País, em que se vêem dados do UNICEF mostrando que o Brasil é o campeão mundial de analfabetismo, numa demonstração clara e inequívoca do descaso com que vêm sendo tratados aqueles que lidam e militam na educação. Ao mesmo tempo, gostaríamos de denunciar que, aqui, em Minas Gerais, esse quadro é caótico. A matéria traz, ainda, o descaso com a merenda escolar em nosso Estado.

Temos visto um candidato a Vice-Governador, que esteve à frente da Secretaria da Educação, que, com recursos oriundos do Banco Mundial, foi incapaz de atacar um problema fundamental para a educação, que é exatamente garantir uma política salarial e um plano de carreira para o professor, como foi publicado no noticiário, inclusive, citando exemplo do que ocorreu na Coréia do Sul.

Todo mundo fica falando dos outros países, mas, por que, a partir da década de 60, começaram a investir pesado na qualificação dos profissionais e no pagamento justo e adequado daqueles que trabalham na área da educação? Porque um país só consegue desenvolver-se se, de fato, valorizar não o discurso, mas as ações concretas.

O Governador Hélio Garcia já está encerrando o seu governo, depois de três anos e meio, depois de seu segundo mandato à frente do Estado de Minas Gerais, e não assegurou - nem vai assegurar - o plano de carreira para os trabalhadores da educação. Fez várias promessas nos palanques, mas, já chegando ao final de seu governo, não fez nada para que os trabalhadores do ensino pudessem ter o seu plano de carreira. O seu Vice-Governador, candidato na chapa de Eduardo Azeredo, sai pelo Estado dizendo que melhorou a educação e fez uma série de coisas, mas o salário do profissional continua baixo e a sua carreira praticamente inexistente.

Portanto, estamos denunciando mais essa demagogia dos candidatos do Governador, Sr. Eduardo Azeredo e seu Vice, Sr. Walfrido dos Mares Guia, que, por sua vez, também esteve à frente da Secretaria da Educação por mais de três anos e não fez o plano de carreira. Mas, agora, discursa pelo Estado dizendo que vai fazê-lo. O povo precisa estar atento a essas questões. Por que, durante os três anos em que esteve à frente da Secretaria da Educação, não enviou a esta Casa nenhum plano? Porque não tinha interesse.

E agora, em época de eleição, ele está tentando fazer isso para enganar o funcionalismo público.

Gostaria, também, de voltar a cobrar aquilo que foi colocado pelo companheiro Roberto Carvalho: o Governo, por meio de seu Secretário da Casa Civil, assinou um documento, no final do semestre passado, no qual ele dizia que iria assumir alguns compromissos para que o funcionalismo, que participou da negociação, não tivesse suas atividades paralisadas. Esse documento foi assinado em uma comissão presidida pelo Deputado Dilzon Melo e teve como relator o Deputado Anderson Aduato. Estamos aqui para cobrar. Onde estão os editais do concurso para os serviços? Onde está aquele acordo que possibilitou a votação, no Plenário, do reajuste da conversão do salário para a URV e a nova tabela para o funcionalismo? Esse é o Governo Hélio Garcia. S. Exa. fala uma coisa lá no Palácio e seus Líderes, aqui na Casa, dizem outra. Passam-se dois, três meses, e nada. Papel assinado não tem valor para esse Governo porque

Nome documento: EDSAS1001.COB

ele está tentando apenas iludir o funcionalismo. Mas os servidores estão alerta e já têm uma assembléia marcada para a segunda semana de agosto para exigir que o Governo cumpra aquilo que prometeu. A marca do Governo Hélio Garcia é essa: conversa, enrola, e, quando assina, não cumpre.

Em segundo lugar, queremos colocar claramente que o nosso candidato Antônio Carlos Pereira, que é um educador, que é uma pessoa que ajudou a organizar um dos maiores sindicatos deste Estado, o SINEUT, tem uma proposta e pode dizer isso com muita tranqüilidade, porque tem cumprido tudo o que tem prometido. Queremos exatamente isso. O candidato Fernando Henrique Cardoso vem dizendo que quer priorizar a educação, mas, por meio do Fundo Social de Emergência, criado por ele, que é uma das bases do Plano Real, ele retirou dinheiro da educação e fez com que o Brasil ganhasse o título de campeão mundial de analfabetismo. Essa é a proposta do Sr. Fernando Henrique, esse é o Plano Real. Precisamos colocar tudo isso com muita clareza.

Temos também o caso da saúde que leva, hoje, o Ministro da Saúde a debater com o Ministro da Fazenda por ter retirado o recurso da saúde, aumentando a mortalidade infantil no Nordeste. Esse é o real do ex-Ministro e atual candidato, que montou um fundo às custas da saúde e da educação e, agora, vem fazer discurso dizendo que essas são prioridades no seu Governo. Vamos começar a falar também, porque, até agora, os meios de comunicação têm-se referido apenas ao outro lado, e o nosso partido não tinha como rebater. Agora vamos falar no rádio e na televisão e vamos mostrar para a população exatamente o que estão fazendo com o nosso País. Vamos mostrar o caos a que levaram a Previdência, a saúde e a educação neste País.

Para concluir, gostaríamos de ressaltar e saudar a cidade de Uberlândia. Uma cidade que era considerada conservadora, infelizmente se mantém ainda, mas já vem se modificando, e o Partido dos Trabalhadores vai se posicionando no quarto maior colégio eleitoral deste Estado.

Tivemos a surpresa de ver o companheiro Carlão em segundo lugar nas pesquisas em Uberaba, demonstrando que o Triângulo Mineiro começa a perceber, começa a vislumbrar que o que estão fazendo é tentar nos enganar de novo com mais "fernandos", com mais "hélios". Mas estamos cansados de "fernandos" e de "hélios" e, por isso, o Triângulo Mineiro começa a ver que chega de "fernandos" e de "hélios". Agora é a vez de Lula e Carlão. Muito obrigado.

564ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 3/8/94 pelo
Deputado Tarcísio Henriques

O Deputado Tarcísio Henriques - Vivemos - como tem sido uma constante nos pronunciamentos de figuras respeitáveis, que deveriam ser responsáveis pela condução das questões sociais, inclusive como se vem repetindo aqui, neste Plenário - uma quadra muito difícil, na conciliação do nosso desenvolvimento com a evolução do nosso povo, tanto como na solução das nossas dificuldades, dificuldades essas que não se restringem ao povo, reconhecidamente ingênuo, simples, e sempre esperançoso, mas se situam muito mais nos órgãos governantes, despreparados, incompetentes, e até mesmo sonsos, para não dizer inescrupulosos.

Claro que ao governo, no país da simplicidade, cabe uma grande parcela, talvez a maior, de responsabilidade na orientação e na condução do aperfeiçoamento da sociedade em que vivemos.

Quando falham os governantes ou quando eles não encontram, não sabem ou não têm soluções para os problemas de que padecemos, fica claro que é chegada a hora de uma profunda análise das medidas e providências que estão sendo adotadas, para que haja uma definitiva assunção de responsabilidade.

Ninguém tem dúvidas de que os filósofos franceses fizeram erguer um marco divisório no exercício da política, deixando ensinamentos que, se não foram todos objetos de adoção pela Revolução de 1789, ficaram batendo em nossos ouvidos, como sérias advertências que ainda não incorporamos ao nosso dia-a-dia. Cometeram erros, é

Nome documento: EDSAS1001.COB

verdade, como, por exemplo, as atrocidades cometidas com desnecessária violência, incompatíveis com os propósitos que alimentaram o movimento e serviram de ideário à luta empreendida.

Interessante anotar, nesta parte, a coincidência de dois autores franceses, Quesnay e Gournay; o primeiro, médico, o segundo, intendente da corte de Luiz XV. Ensinava o segundo, que não se devia governar demais, não havendo necessidade sequer de regulamentos, enquanto o primeiro adotava, como sistema de trabalho, a lição contida na resposta que foi dada por um comerciante a Colbert, quando, numa dificuldade, este lhe perguntara que medida lhe aconselhava a adotar, obtendo dele a preciosidade da máxima, hoje adotada por tantos, "laissez faire, laissez passer", diretriz que passou a ser o princípio de não-intervenção estatal, permitindo que a própria sociedade civil resolvesse os seus problemas, Bandeira da inércia, da omissão, que acomoda a incompetência com a inapetência, e até corolário da negação de necessidade da existência do próprio governo.

Assim, "deixar como está para ver como fica" está virando uma constante, incompatível com as repetidas reivindicações populares, dissonante da urgente reparação dos muitos enganos cometidos ao longo do tempo, em nosso país.

Se tudo isso serve para criticarmos o que vem acontecendo, em todos os níveis, também se presta para a compreensão dos problemas decorrentes do descaso com que tratam, por exemplo, a questão da segurança do povo.

Está muito bem assente na crônica social que o baixo nível econômico, com a não-satisfação das necessidades básicas do ser humano, leva o cidadão ao desespero e ao cometimento de violações das normas de convivência, daí os desatinos que temos visto: assaltos, seqüestros, peculatos, morticínios, violências, enfim, que

nos trazem desassossego e inquietação.

A remuneração salarial não se presta a resguardar as condições de vida de quem quer que seja. Assim também, na escalada inflacionária que ocorre no país, em vista dos acentuados ganhos de atravessadores desumanos, os ganhos mensais são poucos para o enfrentamento dos preços que nos estrangulam. Em se tratando de salários de funcionários, não há necessidade de comentário algum, pelo menos nesta Casa.

Sem tentar resolver o problema maior de todos nós, abro espaço para comentar a situação dos servidores policiais, que por esses dias peregrinam pelos corredores desta Casa, para contar que Delegados, Detetives, Peritos, Escrivães e Carcereiros estão deixando os cargos em busca de outros empregos que lhes garantam a sobrevivência. O esvaziamento da máquina policial, mesmo precária como é a nossa, nos preocupa e nos deixa perplexos.

Está hoje nos jornais da Capital a situação policial em Cataguases. Uma cadeia superlotada põe em risco a normalidade de trabalho ali desenvolvido. A delegacia requer a lotação de quatro Delegados, conta com apenas dois, faltando ainda viaturas, Detetives, Carcereiros, apesar de atender a cinco municípios, com uma população total de 150 mil pessoas. O Delegado faz coro às críticas generalizadas com que incriminamos o sistema e, ao apelar para a própria população para que resolva a questão, põe a nu a deficiência do Estado na condução e na solução de um problema que, constitucionalmente, lhe está afeto. Ou o Estado tem competência para resolver a questão, ou então entrega tudo ao município e por isso que defendemos a competência de municípios na solução dos problemas - mas, é necessário que, para isso, lhes sejam devolvidas as verbas, arrecadadas com afinco pela disposição dos fiscais.

A Secretaria da Segurança me informa que não tem elemento humano para preenchimento das vagas, mencionando o fato de que 30 mil mandados de prisão não podem ser cumpridos por falta de gente.

Há oito anos, ainda Prefeito na minha terra, adquirei e fiz doação ao Estado de uma gleba de 12.000m para a construção da cadeia pública. Consegui, há dois anos, junto à Secretaria da Segurança, prioridade para que o DEOP procedesse à construção do prédio para a cadeia, fato que notifiquei ao órgão próprio, mas, até agora, nada aconteceu.

Nome documento: EDSAS1001.COB

Não compreendo como determinados órgãos persistem na continuação pura e simples de uma existência inútil, como se a ineficiência demonstrada não servisse para agravar o problema de uma estrutura administrativa pesada e onerosa.

Fica o registro, para que amanhã, no agravamento da situação, ninguém fale que não houve advertência, não houve protesto, não houve manifestação da Assembléia sobre momentosas questões.

Claro que o apelo veemente ao Governador, à Secretaria da Segurança e a quantos possam ajudar haverá de chegar aos responsáveis, para que não deixem para amanhã, o que já deveria ter sido feito ontem.

O bom administrador público, ou pelo menos o administrador de que todos precisamos, não pode adotar a cômoda posição de ficar olhando as coisas acontecerem, mas tem de resolver agora o que pode ser insolúvel amanhã.

565ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 4/8/94 pelo
Deputado Roberto Amaral

O Deputado Roberto Amaral - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, representantes da imprensa, distinto e seletto público que nos vê e nos ouve, o Norte de Minas Gerais, região que temos a honra de representar neste Parlamento, carrega uma sofrida história de tenazes lutas contra o subdesenvolvimento. É uma terra de gente forte, que não se verga ao clima semi-árido, que não se abate com as intempéries. Sua gente se parece muito com os bandeirantes. Tem o mesmo espírito desbravador, a mesma tenacidade para enfrentar a natureza inóspita, a nítida compreensão de que a vida é uma eterna luta na qual só os fortes sobrevivem.

Somos testemunhas de que essa região do Estado, mercê do trabalho obstinado de sua gente, ainda será uma das mais ricas de Minas Gerais. E quando isso acontecer - e esperamos que não demore -, seu povo poderá orgulhar-se de ter conquistado essa posição através de uma inesgotável e persistente caminhada, não muito diferente da que Moisés empreendeu com o povo judeu em busca da terra prometida.

Podem parecer que carregamos muito na comparação, mas quem é do Norte do Estado sabe que não. Tudo que se consegue no Norte de Minas Gerais, em busca do seu desenvolvimento, é sempre marcado por muita luta, por muito sofrimento, por muita perseverança. Os Governos, até hoje, sempre preferiram investir mais em outras regiões politicamente mais fortes e mesmo economicamente mais rentáveis, com exceção do Governo Hélio Garcia, que investiu o que pôde naquela região. Essa é uma crítica que temos que fazer, como mineiros da região Norte que somos.

A Universidade Estadual de Montes Claros é um exemplo marcante de como as vitórias do povo do Norte do Estado são sempre mais demoradas e mais difíceis. Foram precisos exatos 30 anos para que a nossa entidade de ensino superior fosse finalmente reconhecida. É preciso dizer mais? O Projeto Jaíba, que depois de totalmente implantado vai representar a redenção econômica para milhares de habitantes do Norte de Minas, também se arrasta há mais de 20 anos - e ainda não está concluído!

Meus caros colegas Deputados e Deputadas, por estranho que possa parecer, esse nosso intróito não tem nenhum sentido de lamentação ou de amargura. Somos daqueles que acreditam que não se deve ficar reclamando. E não levaria a nada ficarmos aqui lamentando as dificuldades que a nossa região tem enfrentado ao longo dos tempos para vencer o subdesenvolvimento. Melhor faremos - e é este o nosso propósito -, se lutarmos para transformar esse quadro. O Norte de Minas Gerais tem um potencial muito grande - sabemos disso - e um povo que não se verga aos infortúnios. Cabe a nós, seus legítimos representantes, dar-lhe as condições para que possa atingir mais rapidamente - e com menos sacrifícios - aquele destino que enxergamos inevitável: ser uma das regiões mais ricas do Estado.

Até por experiência própria, acreditamos que a melhor forma de dar sustentação mais dinâmica ao desenvolvimento do Norte de Minas seria fortalecer a atuação da CODEVASF na região. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, empresa pública

Nome documento: EDSAS1001.COB

federal que há 20 anos vem desenvolvendo um incansável trabalho na região Norte mineira, talvez seja a idéia brilhante, o passe de mágica para levar ao caminho da terra prometida.

Neste momento, queremos aproveitar a oportunidade para nos congratular com a CODEVASF pelos 20 anos de sua criação, completados no dia 16 de julho. Se há um órgão Federal que, sem maiores cobranças do Governo de Minas, muito tem colaborado para o desenvolvimento da região Norte mineira, este órgão tem sido a CODEVASF. De 1976 para cá - ano em que se instalou em Minas Gerais -, dezenas de obras foram realizadas na região do vale do São Francisco no Estado, todas voltadas para o apoio ao produtor rural, todas voltadas para o apoio à produção, através da agricultura irrigada.

O trabalho que a CODEVASF vem realizando no Norte de Minas, com a implantação de projetos públicos de irrigação, com a construção de barragens, com a perfuração de poços tubulares, pode ser considerado como o alicerce de sustentação da agricultura e da pecuária da região Norte mineira. Numa região semi-árida, de chuvas incertas, aquela empresa pública federal constrói obras de infra-estrutura que permitem ao produtor do Norte de Minas conviver com a seca. Não só conviver, como produzir em alta escala, a tal ponto que a nossa região já é hoje a maior produtora de feijão e de banana do Estado. E também uma das maiores produtoras de uva de mesa.

Quando concluir o Projeto Jaíba, que implanta em parceria com o Estado, a CODEVASF terá dado ao Norte de Minas o maior projeto de irrigação da América Latina, capaz de produzir um milhão de toneladas de alimentos por ano, capaz de dar emprego direto para cerca de 100 mil pessoas. Indubitavelmente, este é um dos maiores projetos - senão o maior - de desenvolvimento agrícola do País.

Queremos abrir aqui um breve parêntese para solicitar à Mesa que seja enviada à direção da CODEVASF, em Brasília, voto de congratulações pela passagem de seus 20 anos de criação, pela sua atuação e pelos benefícios gerados para o Norte de Minas Gerais. Também a 1ª Superintendência, localizada em Montes Claros, merece nosso voto de congratulações.

Agora, meus caros colegas, apenas mais uns poucos minutos para concluir. Se aqui estamos nos congratulando com a CODEVASF, e é mais do que justa esta homenagem -, não é demais acrescentar que a participação daquela empresa federal no desenvolvimento da região Norte mineira muito maior seria se crescesse o orçamento destinado ao Estado de Minas. Podemos dizer com certeza que Minas recebe uma das menores fatias do orçamento da CODEVASF, mesmo estando um terço do vale do São Francisco dentro do Estado. Pernambuco e Bahia sempre receberam muito mais.

Cabe a nós, representantes do povo mineiro, lutar para que maiores recursos do orçamento da CODEVASF sejam destinados à sua Superintendência em Minas Gerais. Afinal, o rio São Francisco nasce em Minas e tem em nosso Estado 75% de sua descarga total, pois seus maiores afluentes estão em nossas terras. Representamos um terço do vale. Por questão de justiça, deveríamos também receber, do orçamento da CODEVASF, parcela tão significativa quanto é o Vale do São Francisco em Minas Gerais. Se, infelizmente, isso não tem ocorrido, a culpa pode ser creditada às próprias lideranças políticas do Estado no passado, que não deram a devida importância a um órgão federal de extrema significação para o Norte do Estado. Por isso, agindo com nova postura, estaremos atuando politicamente em favor daquela empresa.

No momento em que esta Assembléia, através de seu trabalho, conseguir que maiores

recursos sejam aplicados pela CODEVASF em Minas Gerais, estaremos contribuindo para a melhoria de vida de milhares de concidadãos que vivem sob um clima semi-árido. E estaremos contribuindo para que o Norte de Minas, em prazo mais rápido, possa aliar-se às grandes regiões produtoras do Estado, vencendo assim a miséria e o subdesenvolvimento, com os quais até hoje convive. Esta é uma responsabilidade da qual não nos podemos omitir. Muito obrigado.

565ª REUNIÃO ORDINÁRIA
Discurso Proferido em 4/8/94 pelo

Nome documento: EDSAS1001.COB

Deputado Ibrahim Jacob

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há razões que nos convocam, pelo mérito de seus envolvimento cívicos e sociais, a usar de nossa voz para não permitir o olvido, nesta Casa Legislativa, de figuras e fatos que fizeram a história de nosso Estado.

Há oportunidades, às vezes de tristeza, em que nos vem compulsoriamente à memória a resplandecente trajetória sociopolítica de cidadãos notáveis, que, de maneira profícua, ajudaram a construir a grandeza de nossos empreendimentos mais expressivos, em todas as áreas.

Tais figuras merecem a nossa reverência espontânea e sincera pela dimensão de seus atributos.

Assumo esta tribuna hoje para lamentar a perda, no dia 28 de julho último, do Dr. Ary Gonçalves, cidadão exemplar, virtuoso, dinâmico, eterno sonhador, um dos ubaenses de maior sensibilidade humanística, mas, sobretudo, um sóbrio, tradicional e ferrenho lutador em defesa das mais nobres causas mineiras. Homem de gabarito, altruísta, sério, consciente de suas inúmeras potencialidades, imbuído de seu papel no contexto social, sempre disponível e disposto para servir onde quer que houvesse um motivo relevante de ordem pública.

O Dr. Ary Gonçalves, ex-Deputado Estadual, foi político de escol, influente em toda a Zona da Mata, ex-Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais, advogado emérito, tenaz, profundo e lúcido, professor e historiador de notável sensibilidade, pesquisador persistente, jornalista vigoroso, incisivo na notícia e ponderado nos comentários. Foi também escritor de estilo vulgar, membro da Academia Ubaense de Letras, poeta sensível, maçom de grande espírito fraterno, filiado à Loja Maçônica Fraternidade Ubaense, onde ocupou com sapiência os mais diversos cargos. No seio da comunidade sobressaiu-se como fundador da Associação Comercial e Industrial de Ubá, da Associação dos Empregados no Comércio, do Centro dos Lavradores, edificando sedes próprias para todas essas entidades. Foi um dos fundadores do pujante Sport Club Aymorés, adquirindo com outros companheiros, no coração da cidade, o hoje invejável imóvel onde está localizado o estádio da agremiação.

O Dr. Ary Gonçalves foi, particularmente, um exemplar chefe de família, pacato, sereno, responsável, o marido carinhoso, o grande timoneiro, amigo para os filhos e netos, o benevolente e fraterno irmão, o tio dos bons conselhos, afinal, o homem fadado à liderança familiar, um pai em comunhão feliz.

Figura desse quilate, com essa desenvoltura brilhante no curso de uma vida de infimos exemplos, será, certamente, lembrada para sempre por aqueles que tiveram a felicidade de privar de seu convívio e a honra de sua amizade.

Com precedente razão, faço, pois, o registro dessa grande perda para a sociedade mineira, convicto de que a obra do Dr. Ary Gonçalves ficará indelevelmente inserida nos anais de nossas mais cálidas recordações.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISOS DE LICITAÇÃO

Convites

Conhecidas as propostas e realizado o julgamento, foram consideradas vencedoras as firmas:

Convite nº 189/94

Em 29/7/94 - Marprint Equipamentos Gráficos Ltda. e Tipomagraf Ind. e Com. Máquinas

Gráficas Ltda. - Aquisição de solução de fonte para máquina Ryobi 2500 e restaurador de blanquetas - R\$216,60.

Nome documento: EDSAS1001.COB

Convite nº 191/94

Em 29/7/94 - Datafilme Comércio e Representações Ltda. - Aquisição de diversos materiais para microfilmagem - R\$2.934,07.

Convite nº 192/94

Em 3/8/94 - Iluminar Ltda. - Aquisição de diversas peças para refletores Translux - R\$1.184,18.

Convite nº 4/94

Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais - IPLEMG
Licitante adjudicado: A Marítima Cia. de Seguros Gerais.
Belo Horizonte, 4 de agosto de 1994.
Gerardo Renault, Presidente.

EXTRATOS DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJOS OBJETOS SÃO A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E O AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 00670 - VALOR: R\$ 2.000,00.
ENTIDADE: CENTRO COMUN. RURAL CATUTI - MATO VERDE.
DEPUTADO: CLÉUBER CARNEIRO.

CONVÊNIO Nº 00680 - VALOR: R\$ 500,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MULHERES SÃO GONÇALENSES - SÃO GONÇALO DO PARÁ.
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.

CONVÊNIO Nº 00706 - VALOR: R\$ 2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. SENHORA DO PORTO - SENHORA DO PORTO.
DEPUTADO: JORGE HANNAS.

CONVÊNIO Nº 00707 - VALOR: R\$ 2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DESENV. COMUN. LUIZ PIRES MINAS - CORAÇÃO DE JESUS.
DEPUTADO: JOSÉ BRAGA.

CONVÊNIO Nº 00708 - VALOR: R\$ 3.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MORADORES VILA VÁRZEA CIMA - VARZELÂNDIA.
DEPUTADO: JOSÉ BRAGA.

CONVÊNIO Nº 00709 - VALOR: R\$ 4.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. VILA RISONHA SÃO ROMÃO - SÃO ROMÃO.
DEPUTADO: JOSÉ BRAGA.

CONVÊNIO Nº 00710 - VALOR: R\$ 3.450,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO UNIÃO BOA VONTADE ESPIGÃO QUEBRA VARA - CORAÇÃO DE JESUS.
DEPUTADO: JOSÉ BRAGA.

CONVÊNIO Nº 00711 - VALOR: R\$ 2.500,00.
ENTIDADE: CENTRO ASSISTENCIAL SAÚDE BARRA LONGA - BARRA LONGA.
DEPUTADO: REINALDO LIMA.

CONVÊNIO Nº 00712 - VALOR: R\$ 1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PASTORAL CRIANÇA DESENV. SOC. ALFREDO VASCONCELOS - ALFREDO VASCONCELOS.
DEPUTADO: BALDONEDO NAPOLEÃO.

CONVÊNIO Nº 00713 - VALOR: R\$ 1.000,00.
ENTIDADE: LIRA NOSSA SENHORA GLÓRIA - PASSA-TEMPO.
DEPUTADO: BALDONEDO NAPOLEÃO.

CONVÊNIO Nº 00714 - VALOR: R\$ 2.800,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. AMIGOS MORADORES BAIRRO FUNCIONÁRIOS - BARBACENA.
DEPUTADO: BALDONEDO NAPOLEÃO.

CONVÊNIO Nº 00715 - VALOR: R\$ 730,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MORADORES BAIRRO VILA LOURDES - CURVELO.
DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.

CONVÊNIO Nº 00716 - VALOR: R\$ 730,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS CURVELO - CURVELO.

Nome documento: EDSAS1001.COB

DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.
CONVÊNIO Nº 00717 - VALOR: R\$ 730,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. IPIRANGA - CURVELO.
DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.
CONVÊNIO Nº 00718 - VALOR: R\$ 4.000,00.

ENTIDADE: LAR SÃO VICENTE PAULO CATAGUASES - CATAGUASES.
DEPUTADO: TARCÍSIO HENRIQUES.
CONVÊNIO N° 00719 - VALOR: R\$ 750,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO MORADORES BAIRRO GRANJARIA - CATAGUASES.
DEPUTADO: TARCÍSIO HENRIQUES.
CONVÊNIO N° 00720 - VALOR: R\$ 750,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO MORADORES BAIRRO HAYDEE FAJARDO - CATAGUASES.
DEPUTADO: TARCÍSIO HENRIQUES.
CONVÊNIO N° 00721 - VALOR: R\$ 750,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO MORADORES BAIRROS IME FARAGE GUANABARA - CATAGUASES.
DEPUTADO: TARCÍSIO HENRIQUES.
CONVÊNIO N° 00722 - VALOR: R\$ 5.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL CONCEIÇÃO DO PARÁ - CONCEIÇÃO DO PARÁ.
DEPUTADO: ANTÔNIO JÚLIO.
CONVÊNIO N° 00723 - VALOR: R\$ 4.000,00.
ENTIDADE: CONSELHO COMUN. DESENV. FLORESTAL - FLORESTAL.
DEPUTADO: ANTÔNIO JÚLIO.
CONVÊNIO N° 00724 - VALOR: R\$ 2.000,00.
ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR JOÃO FRANCISCO CAPETINGA - TIROS.
DEPUTADO: JOSÉ MILITÃO.
CONVÊNIO N° 00725 - VALOR: R\$ 500,00.
ENTIDADE: CEVIN - COMISSÃO ESPORTIVA VILA NOVA - MANTENA.
DEPUTADO: ERMANO BATISTA.
CONVÊNIO N° 00726 - VALOR: R\$ 2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO MORADORES CÓRREGO SÃO DOMINGOS ADJACÊNCIAS - MANTENA.
DEPUTADO: ERMANO BATISTA.
CONVÊNIO N° 00727 - VALOR: R\$ 1.150,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MÃOS AMIGAS - ACMA - CENTRAL DE MINAS.
DEPUTADO: MAURI TORRES.
CONVÊNIO N° 00728 - VALOR: R\$ 1.000,00.
ENTIDADE: CONSELHO RIONOVENSE DEFESA CIDADANIA - RIO NOVO.
DEPUTADO: SEBASTIÃO HELVÉCIO.
CONVÊNIO N° 00729 - VALOR: R\$ 1.000,00.
ENTIDADE: CLUBE RECREATIVO GUARARENSE - GUARARÁ.
DEPUTADO: SEBASTIÃO HELVÉCIO.
CONVÊNIO N° 00730 - VALOR: R\$ 500,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL PIMENTA - PIMENTA.
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.
CONVÊNIO N° 00731 - VALOR: R\$ 500,00.
ENTIDADE: OBRA SOCIAL MADRE GERTRUDES - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.
CONVÊNIO N° 00732 - VALOR: R\$ 500,00.
ENTIDADE: CONSELHO PARTICULAR SÃO JOSÉ CALAFATE SSVF - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.
CONVÊNIO N° 00733 - VALOR: R\$ 500,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO FEMININA BAIRRO TIROL - BELO HORIZONTE.
DEPUTADO: MARIA ELVIRA.
CONVÊNIO N° 00734 - VALOR: R\$ 16.000,00.
ENTIDADE: GRUPO ESPÍRITA LEGIONÁRIOS MARIA - PATOS DE MINAS.

Nome documento: EDSAS1001.COB

DEPUTADO: HELY TARQUÍNIO.
CONVÊNIO N° 00735 - VALOR: R\$ 1.000,00.
ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. SÃO DOMINGOS TEIXEIRAS - ARCOS.
DEPUTADO: EDUARDO BRÁS.
CONVÊNIO N° 00736 - VALOR: R\$ 2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PROTEÇÃO MATERNIDADE INFÂNCIA CÁSSIA - CÁSSIA.
DEPUTADO: CÓSSIMO FREITAS.
CONVÊNIO N° 00737 - VALOR: R\$ 1.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS JEQUERI - JEQUERI.
DEPUTADO: ERMANO BATISTA.
CONVÊNIO N° 00738 - VALOR: R\$ 1.000,00.
ENTIDADE: VOLANTE ESPORTE CLUBE - MANTENA.
DEPUTADO: ERMANO BATISTA.
CONVÊNIO N° 00739 - VALOR: R\$ 14.000,00.
ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. SÃO JOÃO LAGOA - CORAÇÃO DE JESUS.
DEPUTADO: JOSÉ BRAGA.

CONVÊNIO Nº 00740 - VALOR: R\$ 1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. BAIRRO DONA ZILDA - RESSAQUINHA.
DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.
CONVÊNIO Nº 00741 - VALOR: R\$ 1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. COMUNIDADE AZURITA - MATEUS LEME.
DEPUTADO: FRANCISCO RAMALHO.
CONVÊNIO Nº 00742 - VALOR: R\$ 800,00.
ENTIDADE: CAIXA ESCOLAR CORONEL ELPÍDIO ALVES FERREIRA - SALTO DA DIVISA.
DEPUTADO: JORGE HANNAS.
CONVÊNIO Nº 00743 - VALOR: R\$ 7.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. SANTA ÁGUIDA - MATEUS LEME.
DEPUTADO: FRANCISCO RAMALHO.
CONVÊNIO Nº 00744 - VALOR: R\$ 1.090,91.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. NOSSA SENHORA FÁTIMA - CIPOTÂNEA.
DEPUTADO: BENÉ GUEDES.
CONVÊNIO Nº 00745 - VALOR: R\$ 1.090,91.
ENTIDADE: TEMPLO UMBANDISTA AMOR E REDENÇÃO - LEOPOLDINA.
DEPUTADO: BENÉ GUEDES.
CONVÊNIO Nº 00746 - VALOR: R\$ 17.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO MUNICIPALISTA BEM-ESTAR EXPANSÃO SOCIAL - BARBACENA.
DEPUTADO: BENÉ GUEDES.
CONVÊNIO Nº 00747 - VALOR: R\$ 750,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. MORADORES BAIRRO CANAÃ - PARAOPÉBA.
DEPUTADO: RONALDO VASCONCELLOS.
CONVÊNIO Nº 00748 - VALOR: R\$ 500,00.
ENTIDADE: ASILO SÃO VICENTE PAULO SANTO ANTÔNIO MONTE - SANTO ANTÔNIO DO MONTE.
DEPUTADO: JAIME MARTINS.
CONVÊNIO Nº 00749 - VALOR: R\$ 5.000,00.
ENTIDADE: CENTRO COMUN. RURAL SÃO JOSÉ ALEGRE - SÃO JOSÉ DO ALEGRE.
DEPUTADO: AMBRÓSIO PINTO.
CONVÊNIO Nº 00750 - VALOR: R\$ 2.000,00.
ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. CONSOLAÇÃO - CONSOLAÇÃO.
DEPUTADO: MIGUEL BARBOSA.
CONVÊNIO Nº 00751 - VALOR: R\$ 4.000,00.
ENTIDADE: GRUPO JUPAC - JUNTOS UNIDOS AÇÃO COMUNITÁRIA - POÇO FUNDO.
DEPUTADO: SIMÃO PEDRO TOLEDO.
CONVÊNIO Nº 00752 - VALOR: R\$ 3.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PEQUENOS PRODUTORES COMUNIDADE LAGE POSSES - ITAIPÉ.

Nome documento: EDSAS1001.COB

DEPUTADO: PAULO PETERSEN.
CONVÊNIO Nº 00753 - VALOR: R\$ 3.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. INDEPEND. PRÓ-MELHORAMENTOS B. STA CECÍLIA - BARBACENA.
DEPUTADO: BALDONEDO NAPOLEÃO.
CONVÊNIO Nº 00754 - VALOR: R\$ 2.000,00.
ENTIDADE: ASILO SÃO VICENTE PAULO MUZAMBINHO - MUZAMBINHO.
DEPUTADO: CÓSSIMO FREITAS.
CONVÊNIO Nº 00755 - VALOR: R\$ 5.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL ITAPAGIPE - ITAPAGIPE.
DEPUTADO: ANDERSON ADAUTO.
CONVÊNIO Nº 00756 - VALOR: R\$ 15.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA - ITURAMA.
DEPUTADO: ANDERSON ADAUTO.
CONVÊNIO Nº 00757 - VALOR: R\$ 500,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO COMUN. AMIGOS PIEDADE RIO GRANDE - PIEDADE DO RIO GRANDE.
DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.
CONVÊNIO Nº 00758 - VALOR: R\$ 650,00.
ENTIDADE: CLUBE SERVIÇOS AMIGOS COMUNIDADE SAPE - JECEABA.
DEPUTADO: JOSÉ BONIFÁCIO.
CONVÊNIO Nº 00759 - VALOR: R\$ 6.800,00.
ENTIDADE: AÇÃO SOCIAL SÃO PEDRO - BETIM.
DEPUTADO: GERALDO DA COSTA PEREIRA.
CONVÊNIO Nº 00760 - VALOR: R\$ 500,00.
ENTIDADE: INSTITUTO NOSSA SENHORA FÁTIMA - MANTENA.
DEPUTADO: ERMANO BATISTA.
CONVÊNIO Nº 00761 - VALOR: R\$ 1.400,00.
ENTIDADE: CENTRO DEFESA COLETIVA VILAS SANTA RITA CÁSSIA ESTRELA - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: ÁLVARO ANTÔNIO.
CONVÊNIO N° 00762 - VALOR: R\$ 10.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA MINAS - DIVINOLÂNDIA DE MINAS.
DEPUTADO: BONIFÁCIO MOURÃO.
CONVÊNIO N° 00763 - VALOR: R\$ 500,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO MORADORES BAIRRO PLANALTO - NOVA SERRANA.
DEPUTADO: JAIME MARTINS.
CONVÊNIO N° 00764 - VALOR: R\$ 1.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO PROTEÇÃO MATERNIDADE INFÂNCIA JAIME ZATAR - MATEUS LEME.
DEPUTADO: MÍLTON SALLES.
CONVÊNIO N° 00765 - VALOR: R\$ 4.000,00.
ENTIDADE: SOCIEDADE MORADORES MONTE VERDE - CAMANDUCAIA.
DEPUTADO: MÍLTON SALLES.

ERRATAS

**PARECER PARA O 1° TURNO DO PROJETO DE LEI
N° 1.986/94**

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 9/6/94, pág. 44, col. 4, onde se lê, na conclusão:

"Antônio Pinheiro, relator", leia-se:

"Márcio Miranda, relator".

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Nome documento: EDSAS1001.COB

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 23/7/94, pág. 39, col. 1, onde se lê:

"Às dezessete horas do dia vinte e dois de maio", leia-se:

"Às dezessete horas do dia vinte e dois de junho".

Nome documento: EDSAS1001.COB
